



REINSERÇÃO DE PRODUTORES DE GADO NA CADEIA DA CARNE BOVINA NA AMAZÔNIA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Louise Nakagawa¹, Lisandro de Souza Inakake²

¹ PhD em Energia, Pesquisadora de Projetos de Cadeias Agropecuárias no Imaflora

² Engenheiro Agrônomo, Coordenador de Projetos Sênior na Área de Cadeias Agropecuárias Responsáveis no Imaflora

mensagens-chave

- ✓ Diante do cenário de exigências cada vez maiores de cumprimento do Código Florestal e adicionalmente às regulamentações internacionais para commodities agropecuárias, é fundamental que existam mecanismos capazes de promover a reinserção de produtores na cadeia de fornecimento, de modo que se readequem e regularizem seus passivos ambientais.
- ✓ O PREM e SIRFLOR são importantes instrumentos voluntários e privados, construídos a partir da cooperação entre diferentes setores, com o objetivo de promover a reintegração de pecuaristas na cadeia de fornecimento, de forma mais rápida e menos burocrática, por meio da readequação ambiental de suas propriedades.
- ✓ Os instrumentos voluntários e privados exigem um arranjo administrativo-operacional com o setor público, de forma a estabelecer uma clara hierarquia de processos e que seja um impulsionador da regularização ambiental das propriedades rurais ao Código Florestal.
- ✓ A reinserção de produtores na cadeia é estratégia fundamental para que condições favoráveis sejam criadas na viabilização de processos e procedimentos de monitoramento de fornecedores indiretos de gado.

Diversos estudos apontam que a atividade pecuária é um dos principais drivers do desmatamento na Amazônia (Rajão et al., 2020; Pendrill et al., 2022). Mas, desde 2009, organizações da sociedade civil têm chamado a atenção para o problema, e em trabalho coordenado com o Ministério Público Federal, foram implementados o Compromisso Público da Pecuária e o TAC da Carne Legal, nos estados da Amazônia. Com a implementação do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado na Amazônia (PMFGA), lançado em 2020, e do Protocolo de Auditoria dos Compromissos da Pecuária na Amazônia no ano seguinte, os frigoríficos signatários dos acordos passaram a bloquear de maneira uniforme a compra de fornecedores diretos que não cumprem com os critérios do protocolo.

Entre esses critérios está o desmatamento ilegal, um dos maiores responsáveis pelo bloqueio de propriedades de gado, desde a implementação dos compromissos e harmonizado a partir do protocolo unificado. Em contrapartida, cabe salientar que o objetivo do PMFGA, não é excluir os produtores da cadeia de fornecimento, mas sim, garantir maior qualidade no monitoramento de fornecedores, consequentemente, maior transparência. Com a implementação das legislações da União Europeia e do Reino Unido sobre a importação de produtos livre de desmatamento, a preocupação em torno do cumprimento do Código Florestal se torna ainda mais urgente. Por isso, é necessário criar mecanismos capazes de reinserir esses produtores novamente na cadeia, oferecendo a oportunidade de se readequem e regularizem seus passivos ambientais.



MECANISMOS DE MERCADO PARA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A REINSERÇÃO

O Programa de Reinserção e Monitoramento (PREM) é um mecanismo desenvolvido pelo Instituto Matogrossense da Carne (IMAC) junto do MPF do estado, que conta com a parceria da Associação dos Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT) e do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos de Mato Grosso (SINDIFRIGO) em cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Produzir, Conservar e Incluir (PCI). Tem como objetivo, promover a reinserção do pecuarista ao mercado, além de auxiliar no processo de adequação ambiental de sua propriedade rural.

Trata-se de uma plataforma virtual de geomonitoramento desenvolvida pela Agrottools, que tem o intuito de monitorar a regeneração natural de áreas desmatadas em propriedades rurais bloqueadas, comercialmente, e emitir e manter a autorização de comercialização temporária para ser apresentada aos frigoríficos signatários do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no ato da venda de gado. O mecanismo, que já está em funcionamento, é simples, e o pecuarista precisa apenas de um smartphone para cumprir boa parte dos requisitos do PREM no processo de adequação ambiental.

Para a reinserção, via PREM, o pecuarista precisa se comprometer a isolar a área desmatada sem autorização dos órgãos competentes, suspendendo as atividades sobre área que foi convertida irregularmente após 22 de julho de 2008. Além da propriedade necessariamente precisar estar localizada no estado de Mato Grosso, também precisa possuir um Cadastro Ambiental Rural (CAR). Nesse sentido, o programa é considerado um requisito de desbloqueio, por parte dos frigoríficos, para as propriedades rurais que apresentem irregularidade sobre o critério “Desmatamento ilegal” do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia (PMFGA).

Segundo o IMAC, atualmente existem 687 propriedades em fase de diagnóstico e 41 com Autorização de Comercialização Temporária

(ACT) emitidas, e a expectativa é que esse número cresça nos próximos anos. A figura 1 ilustra o passo a passo de adesão ao PREM.

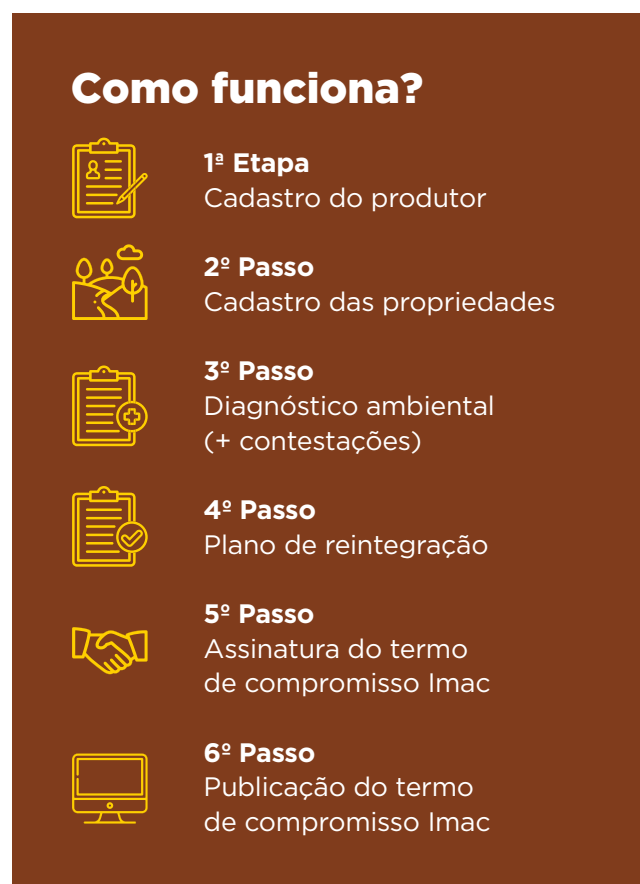


Figura 1. Apresentação IMAC em 1 de dezembro, 2022 no webinar Na Quinta do Boi.

Já o Sistema de Restauração Florestal (SIRFLOR) foi criado a partir de um acordo entre a Associação de Criadores do Pará (ACRIPARÁ), a empresa Niceplanet Geotecnologia, o MPF do estado e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Seu objetivo é oferecer aos pecuaristas do estado do Pará um procedimento administrativo simplificado de regularização parcial da propriedade rural que não atendeu ao critério do TAC desmatamento ilegal identificado pelo PRODES, via adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). E, portanto, de forma similar ao PREM, o SIRFLOR, visa reinserir os produtores de gado no mercado, sobretudo exportador.

Trata-se de uma plataforma virtual que permite o acompanhamento da restauração florestal realizada por técnicos especializados e habilitados pela SEMAS, por monitoramento periódico, via sensoriamento remoto, que consiste em três processos. O primeiro diz respeito à contestação de desmatamento (PRODES), falso-positivo. O segundo está relacionado à regularização do



desmatamento ilegal ou autorização de supressão vegetal/desmatamento. E o terceiro, trata dos casos de reincidência. Apesar dos esforços entre diferentes stakeholders, o SIRFLOR ainda não está em funcionamento.

Para aderir ao SIRFLOR, é fundamental que o pecuarista não possua qualquer histórico de fraude do CAR vinculado à redução dos limites da propriedade rural onde está o polígono a ser

restaurado, ou seja, referente à área desmatada ilegalmente. Cabe destacar que o procedimento por trás do mecanismo é 100% auditável em todas as suas etapas, e a documentação exigida no seu protocolo assegura o cumprimento das diretrizes e obrigações firmadas pela legislação ambiental nacional e internacional, bem como os critérios determinados pelo TAC. A figura 2 ilustra o passo a passo de adesão ao SIRFLOR.

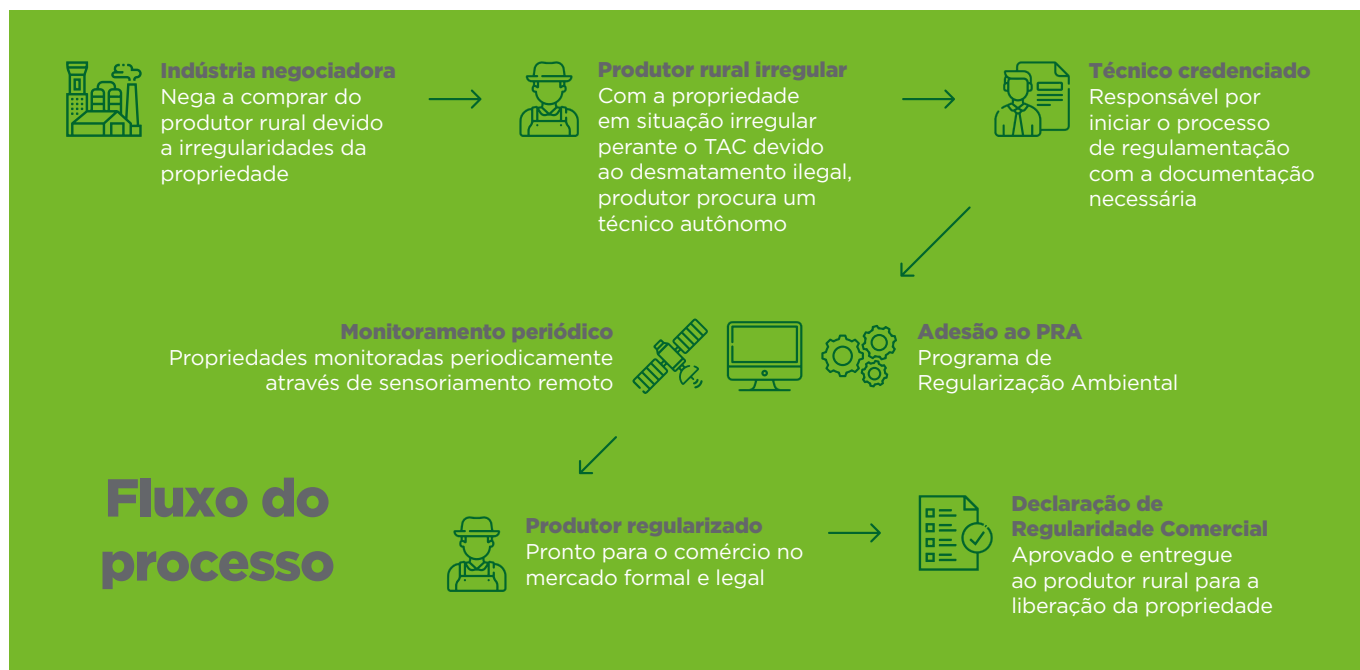


Figura 2. Apresentação Niceplanet em 1 de dezembro, 2022 no webinar Na Quinta do Boi.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Diante da importância e da necessidade de promover a reinserção de pecuaristas na cadeia da carne bovina, de modo que atendam ao cumprimento da legislação ambiental, é fundamental que existam mecanismos capazes de reintegrá-los ao sistema. Nesse sentido, há de se destacar o papel que o PREM e SIRFLOR possuem, ao serem capazes de integrar procedimentos legais e de controle em um único instrumento, por meio da regularização ambiental voluntária. Além disso, também servem como uma ponte de conexão entre o produtor que quer, ou precisa, regularizar sua propriedade, e os órgãos ambientais responsáveis, dando mais agilidade ao processo que na maior parte das vezes é bastante burocrático e oneroso.

Outra oportunidade por trás desses mecanismos privados está na potencialidade que o PREM e SIRFLOR têm em promover e ampliar o monitoramento de pequenos pecuaristas e

fornecedores indiretos de gado, que hoje, estão abaixo do radar das organizações fiscalizadoras e dos sistemas de monitoramento. Sem mencionar a contribuição que esses instrumentos podem oferecer em termos de informar o produtor sobre melhores práticas, para além do cumprimento do Código Florestal.

No entanto, embora tenha tido uma significativa adesão, o IMAC registra que um dos maiores desafios do PREM é engajar mais produtores, sobretudo os pequenos, devido os custos com o cercamento da área a ser restaurada e com assistência técnica. Questão similar, também enfrenta o SIRFLOR, que apesar de ainda não estar em funcionamento, já considera o engajamento dos produtores do estado como o maior gargalo. Geralmente os maiores, têm mais condição financeira e uma área menor comparativamente para restaurar, o que viabiliza mais facilmente a adesão ao programa.



Outro desafio que PREM e SIRFLOR precisam lidar diz respeito ao fato de que ambos os mecanismos ainda não incluem pecuaristas que possuem outros problemas como embargos ambientais do IBAMA e órgãos estaduais de meio ambiente e invasão de terras públicas, pois o acordo com os frigoríficos que operam no estado, bem como o termo de cooperação feito com o MPF, se refere apenas aos casos de desmatamento ilegal ocorridos dentro das propriedades e sobrepostos aos dados do PRODES.



BOI NA LINHA

A plataforma de transparência da cadeia de valor da carne bovina.

A Plataforma Boi Na Linha é ponto central (hub) que reúne e possibilita o acesso a sistemas, ferramentas, dados e informações técnicas para uma cadeia da carne bovina livre de desmatamento.

Nos bastidores, desenvolvendo as soluções, atua um time de especialistas que conta com parceiros estratégicos nacionais e internacionais. São dois os objetivos principais: apoiar e ampliar a implementação dos compromissos socioambientais. Desta forma, produtores, frigoríficos de todos os portes, curteiros, redes de supermercado e também investidores podem encontrar neste ambiente os materiais que os auxiliarão na implementação dos compromissos.

Além, é claro, da sociedade civil, que passa a contar com uma fonte de dados e recursos para acompanhar a evolução dos acordos assumidos pela cadeia.

Conheça e se envolva!

www.boinalinha.org

www.beefontrack.org

Referência

PENDRILL, F., GARDNER, T. A., MEYFROIDT, P., PERSSON, U. M., ADAMS, J., AZEVEDO, T., ... & WEST, C. (2022). Disentangling the numbers behind agriculture-driven tropical deforestation. *Science*, 377(6611), eabm9267.

RAJÃO, R., SOARES-FILHO, B., NUNES, F., BÖRNER, J., MACHADO, L., ASSIS, D., OLIVEIRA, A., PINTO, L., RIBEIRO, V., RAUSCH, L., GIBBS, H., FIGUEIRA, D. (2020). The rotten apples of Brazil's agribusiness. *Science*. 369, 246.

Agradecimentos

As reflexões deste documento foram parte de entrevistas com representantes do Instituto Matogrossense da Carne (Imac) e da Niceplanet Geotecnologia, da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (Sema), e da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (Semas).



Fonte: Shutterstock

O Imaflores é uma organização não governamental brasileira, criada em 1995, para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios sociais no setor florestal e agrícola.

